
Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o aumento do campo de atuação para os/as pedagogos/as¹

LUÍZ OLAVO FONSECA FERREIRA*

Resumo

Neste artigo, reflete-se sobre possibilidades de inserção das pedagogas e pedagogos no mercado de trabalho, considerando como campo de atuação a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, fez-se uma breve análise da evolução histórica das políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos no Brasil, mostrando as iniciativas que ocorreram desde o tempo da colônia até os dias de hoje. Analisa-se, também, a oferta dessa modalidade de educação na perspectiva do Direito. Com base nesse contexto, descrevem-se as iniciativas, atuais, existentes no âmbito do Governo Federal, no Estado de Minas Gerais e na cidade de Belo Horizonte, sendo levadas em consideração as possibilidades de trabalho.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas públicas. Mercado de trabalho.

Introdução

No Brasil, atualmente, escolher a carreira de professor não é uma opção muito atrativa para os jovens. São raros aqueles que

¹ Artigo redigido com base na palestra proferida no *Seminário Temático do Curso de Pedagogia da FUMEC*, em agosto de 2009.

* Doutorando em Educação pela FaE/UFMG. Professor da RME-BH.

dizem que, quando crescerem, serão professores. O que vemos é, ainda na infância e na pré-adolescência, muitos dizerem que querem ser esportistas ou trabalhar na televisão. À medida que atingem a adolescência e chegam à juventude, outras áreas de atuação começam a compor o cenário de opções desses indivíduos. As escolhas, geralmente, recaem em profissões consideradas clássicas, tais como médico, engenheiro e dentista, ou em profissões que apresentam possibilidades de crescimento em razão do mercado ou por estarem “na moda”, como nos dias de hoje – por exemplo, ocupações ligadas à área de meio ambiente ou à de tecnologia.

Várias são as razões para o desprestígio da profissão de professor, mas, sem dúvida alguma, a mais importante delas diz respeito à não valorização financeira desse profissional da educação, principalmente pelo Poder Público, que é o maior empregador de professores em nosso país. Dessa forma, ao fazer as opções sobre que carreira irão seguir e qual curso farão no ensino superior, a maior parte dos jovens vai em busca de uma profissão que possa ser mais promissora no futuro. Assim, não é dada a devida importância aos cursos de Pedagogia, mesmo sendo do senso comum a ideia de que o futuro do Brasil está na educação.

Da mesma forma como a Pedagogia é tratada no campo da atuação profissional, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tende a permanecer em um campo marginal, sendo, portanto, desvalorizada na área da educação. Em outras palavras, a EJA padece de um mal bem parecido com a desqualificação da profissão de professor pelo mercado de trabalho. Marginalizada pelo Poder Público, pela sociedade, pelos professores e, muitas vezes, pelos próprios educandos que a compõem, a EJA ocupa esse lugar porque muitos acreditam que a atenção e a preocupação em relação ao processo

de aprendizagem devem estar direcionadas para aqueles que conseguem vivenciar os bancos escolares no tempo e na idade considerada “correta”.

No tratamento dispensado à EJA na educação, quanto bem como naquele dado à profissão do professor, cometem-se dois grandes equívocos em nossa sociedade. O primeiro é o de não se perceber a importância do professor e o papel fundamental que tal profissional cumpre em nosso cotidiano (este mesmo professor que há algumas décadas era considerado uma referência na sociedade brasileira). O segundo é o entendimento de que o cidadão que tiver “passado de certa idade” não tem mais o direito de estudar, de conhecer e de aprender. Esquecem-se todos do direito à educação continuada e por toda a vida.

Pensar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para aqueles que escolheram a Pedagogia como curso superior e, conseqüentemente, trabalhar como professor pareceu-me, com base no convite o qual me foi dirigido, algo necessário. Solicitou-se que as reflexões tivessem a Educação de Jovens e Adultos como pano de fundo e como campo de atuação para esses profissionais.

Assim, é apresentado, neste trabalho, um panorama da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, para entender como esse campo se conformou através dos tempos, para ser o que é atualmente. Relata-se o período em que esse tipo de educação saiu de um lugar sem importância, para emergir no campo educacional, mesmo que na marginalidade. Discute-se, também, as políticas públicas e do campo de trabalho para as pedagogas e pedagogos, indicando alguns espaços onde a atuação deles possa acontecer.

Do Brasil Colônia ao regime militar: a EJA na marginalidade

No Brasil, as ações voltadas para a educação de adultos foram desenvolvidas desde a época da colônia, quando os jesuítas fomentavam a catequização da população indígena.

As atividades educativas em terra brasileira se iniciaram com a chegada dos primeiros jesuítas (1549), encarregados pela Coroa Portuguesa de cristianizar os indígenas e de difundir entre eles os padrões da civilização ocidental cristã. [...] Reconhecia-se a 'conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução' como atividade prioritária para o êxito da colonização portuguesa. (PAIVA, 2003, p. 66)

Em meados do século XIX, no cenário político, discutia-se a exclusão das pessoas que não eram alfabetizadas do exercício dos direitos básicos nesse campo. Também, nesse período, surgem os primeiros apontamentos sobre o ensino noturno para adultos que, na época, denominava-se educação ou instrução popular (PAIVA, 2003, p. 81). Em 1881, foi promulgada a Lei Saraiva, que proibia o voto aos analfabetos, época em que a escolarização era associada à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e incompetência.

No limiar do século XX, com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, surgiram iniciativas no sentido de regular o ensino profissional. A partir de 1910, houve a expansão da rede escolar e apareceram as “ligas contra o analfabetismo”, fundadas por intelectuais, médicos e industriais, que pregavam o patriotismo, o moralismo e o civismo e visavam “erradicar o analfabetismo”. A alfabetização assumiu caráter político, já que significava o aumento do contingente eleitoral. Mas somente em

1920 houve maior preocupação com a questão do analfabetismo e um crescente interesse pela educação.

Em 1930, com o ministro Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde, as discussões sobre a educação de adultos surgiram na pauta. Na Reforma Educacional de 1931, apontou-se a necessidade de serem ofertadas à população adulta alternativas para a continuidade dos estudos. A Constituição de 1934 estabeleceu medidas para assegurar uma política nacional de educação, cabendo à União traçar as diretrizes da educação nacional e fixar o Plano Nacional de Educação. Nessa época, ela determinou que o ensino primário passasse a ser gratuito, de frequência obrigatória e extensivo aos adultos. (PAIVA, 2003, p. 134)

Foram criados, por meio de lei, em 1935, os exames de madureza enquanto não existisse número suficiente de cursos noturnos de ensino secundário. A Constituição de 1937 criou o Fundo Nacional do Ensino Primário, o qual ampliava e apontava para a melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Em 1942, a Reforma Capanema promoveu uma organização estrutural do sistema escolar, por meio de leis orgânicas, segmentando cada ramo de ensino. Portanto, de 1930 a 1945, a educação de adultos começava a ter pensamento próprio e a se estabelecer no campo da educação nacional, fato, talvez, explicado porque a educação era vista como uma questão de segurança nacional e a associação de que o atraso do país era consequência da falta de instrução de seu povo.

Depois do término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou por um período de redemocratização que se estendeu até a década de 1960. No campo da cidadania, a Constituição de 1946 reconheceu a educação como direito de todos, além de ter estabelecido a gratuidade do ensino primário para todos. É, também, de 1946 o decreto-lei que promulgou a Lei Orgânica do Ensino Primário, que tratava, dentre outros assuntos, do curso

primário supletivo. Porém, por um bom tempo a inexistência de uma legislação própria que regulamentasse a prática dos dispositivos garantidos pela legislação fez com que se mantivessem os dispositivos jurídicos herdados do estado-novismo.

Em 1947, foram instaladas, nos municípios, as primeiras classes de ensino supletivo para maiores de 14 anos. À época, aconteceu, ainda, o *1º Congresso Nacional de Educação de Adultos*, cujo lema era “ser brasileiro é ser alfabetizado”. No período do pós-guerra, foi criada a UNESCO, que solicitou aos países membros esforços para o combate ao analfabetismo. Então, surgiu, no Brasil, essa preocupação na forma de campanhas de alfabetização: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA). Além dessas campanhas, até 1961, para o aluno adulto, foram oferecidas oportunidades de concluir o ensino primário por meio do ensino primário supletivo e, para o prosseguimento de estudos, os exames de madureza.

Em 1958 houve o *2º Congresso Nacional de Educação de Adultos*, surgindo com destaque a delegação do estado de Pernambuco e o nome de Paulo Freire como a grande expressão do ideário progressista da educação naquele momento. Apareceram, em todo o país, vários movimentos de caráter popular, que traziam a cultura como o grande eixo norteador de suas ações e que traziam na educação de adultos uma de suas mais importantes formas de intervenção. Dentre esses movimentos, citamos o Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB; o Centro de Cultura Popular, ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE); e o Movimento de Cultura Popular de Recife, no qual militava Paulo Freire.

O período que vai de 1958 até 1964 foi de muita efervescência cultural e política. As reformas pregadas pelo governo e a organização social em torno das lutas pelo direito tornaram-se

a tônica para movimentação da sociedade. Ocorreram, na ocasião, as primeiras iniciativas que utilizaram o Método Paulo Freire para a alfabetização de adultos. Ainda, em 1962, foi editado o Plano Nacional de Educação de Adultos e Programa Nacional de Alfabetização, inspirados no Método Paulo Freire. (PAIVA, 2003, p. 283)

O Golpe Militar de 1964 aboliu todas as iniciativas que eram desenvolvidas para a educação dos adultos, visto que os militares viam nessas propostas objetivos “comunizantes e subversivos”, (XAVIER, 1994 *apud* BAZETTO, 2006, p.24). O período que se seguiu foi configurado por uma época de verdadeira estagnação, pois toda ação que lutava pela melhoria da qualidade de vida e pelo exercício dos direitos de cidadania era considerada contra os interesses do governo militar.

A educação de adultos passou por um período no qual as iniciativas que visavam à alfabetização das pessoas adultas eram controladas pelo Governo Federal. Na década de 1970, a Educação de Adultos foi caracterizada como suplência da educação formal, cujo objetivo era dar oportunidade aos jovens e adultos de terem acesso ao sistema formal de educação, sendo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) o maior marco da época.

Da negação da cidadania ao direito à educação: da periferia para o centro

Terminado o regime militar, o Brasil passou por um processo que ficou conhecido como “redemocratização”. Durante essa fase, a reorganização do país, em todos os campos, foi a tônica das ações da sociedade. Na busca do acesso e da ampliação dos direitos

socialis é que a reforma constitucional passou a ser o objetivo imediato a se alcançar. Várias foram as ações que aconteceram em nossa sociedade, tais como: o movimento pelas eleições diretas para a presidência; a fundação do Partido dos Trabalhadores; a emergência da luta pela terra, tendo o Movimento dos Sem Terra como o grande expoente; o aparecimento de vários movimentos em defesa das identidades (mulheres, homossexuais, negros, etc.); dentre outros.

Nesse cenário, o direito à educação das pessoas que não tiveram oportunidade de ir à escola na idade considerada “correta” ganha novo fôlego. O analfabetismo passou a ser o inimigo a ser derrotado e aparece explicado pelos levantamentos censitários: grande era o contingente da população não alfabetizada, acrescido do montante de pessoas que não concluíram, sequer, o ensino do então 1º Grau. Surgiu, também, a necessidade de estender a oferta da educação para a parcela da população jovem. Conformou-se, então, o nome com o qual hoje se conhece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em detrimento da educação somente de adultos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que incorporou como princípio que toda e qualquer educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, assim como o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, a Educação de Jovens e Adultos deu um salto qualitativo. Na Constituição consta, no art. 208, que o Estado tem como dever garantir a efetivação da educação mediante a oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, que a oferta gratuita seja extensiva àqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Segundo a Constituição, cabe a cada Município e, supletivamente, ao Estado e à União o provimento de cursos presenciais ou a distância para os jovens e adultos que não estiverem suficientemente escolarizados. Ainda, nas Disposições Transitórias,

aparece o compromisso de que o Poder Público teria dez anos (a contar de 1988) para desenvolver esforços visando à eliminação do analfabetismo, além da universalização do ensino fundamental.

Nessa trajetória em busca da consolidação da oferta da Educação de Jovens e Adultos como direito, em 1996 foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394/96 –, que reconheceu a EJA como modalidade da educação básica e determinou a necessidade de que ela fosse inserida, de maneira orgânica, nos sistemas de ensino do país, construindo sua própria identidade, levando em consideração as relações de seus sujeitos com o mundo do trabalho, da cultura e da prática social. A LDBEN incentivou, ainda, o aproveitamento de estudos para todo e qualquer aluno cujas práticas sociais possibilitassem a aquisição do saber em vários aspectos da vida ativa, tornando-os capazes de tomar decisões.

No âmbito internacional, é importante destacar que diversos encontros foram realizados, principalmente na década de 1990. Eles tinham por objetivo, sobretudo, ressaltar a luta em prol da garantia ao direito à educação e pela educação ao longo da vida. Destaquem-se, dentre esses encontros, a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada na Tailândia, em 1990, na cidade de Jomtien, e a *Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA)*, que aconteceu na Alemanha, na cidade de Hamburgo, em 1997. Dessa última conferência originou-se a *Carta de Hamburgo*, que considerou a educação mais do que um direito, ela é a chave para o século XXI. Aconteceu em 2000, na cidade de Dakar, Senegal, a *Cúpula Mundial de Educação*, que referendou tudo o que havia sido acordado pelos países signatários dez anos antes em Jomtien, apontando, ainda, para a necessidade de que a Educação para Todos fosse assumida como o objetivo a ser alcançado no século que se iniciava.

No esteio dos encontros internacionais e como um dos desdobramentos advindos dessas reuniões, surgiu no Brasil, da mobilização ocorrida para a participação do Brasil na V CONFINTEA, o primeiro *Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos*, no Estado do Rio de Janeiro. Desde então, esse movimento veio se ampliando, contando, hoje, com fóruns em todos os 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, além de dezenas de fóruns regionais.

Como desdobramento do movimento nacional, com a criação em 1998 de mais quatro fóruns estaduais, decidiu-se pela realização de encontros nacionais, uma das propostas da agenda internacional, nos quais se fariam a discussão e a articulação do movimento recém-criado, bem como a definição de propostas comuns de ação. Desde então, anualmente, é realizado todos os anos o *Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos* (ENEJA), espaço que congrega participantes de todo o Brasil.

Cabe destacar, ainda, que, apesar da proliferação de novos espaços onde a sociedade civil se encontrava para discutir e reivindicar as questões relativas à EJA, o período em que essa movimentação aconteceu não foi dos mais alentadores. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a EJA teve impedida uma oferta maior e de mais qualidade para a população. No período, houve o veto ao financiamento da EJA por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Da mesma forma, na época ocorreu a criação do programa Alfabetização Solidária – cuja campanha veiculada na TV, com artistas famosos, tinha como lema “Adote um analfabeto” –, o qual mantinha as mesmas características de educação compensatória dos programas da época do regime militar.

Após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, um candidato que defendia posições e ações de caráter mais populares, a EJA começou a ganhar novos contornos.

O governo Lula anunciou a alfabetização de jovens e adultos como uma das prioridades de seu governo e, para concretizar essa ação, lançou em 2003 o Programa Brasil Alfabetizado. No início, o programa foi visto como mais uma campanha por suas características serem semelhantes a ações de períodos anteriores. (SOARES; GALVÃO, 2009, p. 273).

O programa tinha como objetivo principal oferecer aos jovens, adultos e idosos a oportunidade de alfabetização, em uma perspectiva de acesso à cidadania, além da proposta do aumento do interesse pela elevação da escolaridade. O programa, que permanece até hoje, é ofertado em todo o Brasil e é realizado em parceria com os governos estaduais e municipais, mediante apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de suas ações e visa, também, à garantia da continuidade dos estudos aos alunos egressos.

No segundo ano do governo Lula, criou-se, em meados de 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que passou a reunir, em um só espaço, temáticas diversas que se encontravam dispersas em outras secretarias. Seu objetivo primordial foi “contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurassem a ampliação do acesso à educação.”²

Dentre as várias atribuições da SECAD, destaque-se seu papel perante as discussões e ações especificamente em torno da EJA. Além da participação em diversos espaços cujo tema central seja a EJA, estão sob a responsabilidade desse órgão diversas políticas e programas, lançados durante os cinco anos de sua existência, que se somam ao *Brasil Alfabetizado*, a saber: o *Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos* (PNLA); a *Agenda Territorial de Educação de Jovens e Adultos*; o concurso *Literatura para Todos*; o *ProJovem Campo – Saberes da Terra*; dentre outros. Ressalte-se, ainda, a participação da SECAD, junto com a UNESCO, como parceira

² SECAD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em: 3 out. 2009.

para a realização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, e a forma das gestões desenvolvidas por ela para viabilizar que o Brasil sediasse, pela primeira vez em um país do hemisfério sul, a *Conferência Internacional de Educação de Adultos* (CONFINTEA), além de seu comprometimento com a organização do evento.

Outro ponto muito importante para o reconhecimento da EJA no cenário das políticas educacionais em nosso país foi a criação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instituída pelo Decreto n. 4.834, de 2003. Essa comissão é consultiva e tem por objetivo assegurar a participação da sociedade no programa *Brasil Alfabetizado*, além de assessorar na formulação e implementação das políticas nacionais e acompanhar as ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2007)

Muitos avaliam que a criação da CNAEJA foi um resgate efetivado pelo governo nas suas relações com a sociedade civil organizada que defende a EJA, já que a última iniciativa existente com esse caráter, a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA), foi habilmente deixada no esquecimento. Tal fato ocorreu em 1996, durante um encontro na cidade de Natal, que fazia parte do movimento preparatório nacional para a V CONFINTEA. No encontro, aconteceram discordâncias, por parte do MEC, com as posições assumidas no documento do evento.

Depois desse encontro,

a coordenadora nacional de EJA, nitidamente favorável à aliança com a sociedade civil para a garantia dos direitos educativos dos jovens e adultos, foi afastada e a Comissão Nacional não mais convocada, em uma evidente atitude de isolar a pressão que a sociedade civil fazia, claramente insatisfeita com a orientação das políticas na área. (HADDAD, 2009, p. 359)

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

(FUNDEB), fundo que substituiu o FUNDEF, é considerada, por muitas pessoas, a maior conquista para a EJA em sua história recente, no Brasil, desde a promulgação da LDBEN de 1996. Ter reconhecido o direito de participação na divisão dos recursos destinados para a educação significa, para essas pessoas, ter melhores condições de ofertar um ensino com maior qualidade e de poder garantir aos educandos da EJA o acesso a algumas facilidades que antes lhes eram negadas.

Pode-se afirmar, assim, que muito se realizou nos últimos cinco anos e que há muita coisa sendo feita “na” e “para” a Educação de Jovens e Adultos em nosso país. O campo ganhou um destaque que até então não recebia, ampliando o seu espaço de atuação. Reconhece-se, ainda, que não há um cenário próximo do ideal, mas não se pode pensar que nada mudou.

É necessário ressaltar que uma das principais metas apontadas como desafio para as políticas públicas para a EJA, a articulação entre alfabetização e continuidade dos estudos, hoje já é uma realidade em vários sistemas de ensino em todo o país. Quanto a isso, o que se vê é o aumento do número de oferta de vagas em turmas do segundo segmento do ensino fundamental, com o objetivo de que os educando possam ser certificados no ensino fundamental.

É visível, também, o aumento da oferta, mais recentemente, de vagas no ensino médio, nas redes estaduais de educação, voltadas para alunos oriundos da EJA no ensino fundamental, muitas vezes com a criação de turmas específicas de ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ao atendimento dessa demanda alia-se o lançamento, pelo Governo Federal, de diversos programas cujo objetivo é a oferta de vagas para a conclusão do ensino médio, principalmente para o público mais jovem, agregado ao ensino profissional.

Outros fatos referem-se a uma mudança no trato político dispensado à Educação de Jovens e Adultos por parte das políticas

públicas, trazendo o foco do atendimento para a garantia do direito à educação, resgatando a cidadania dos educandos. Um deles é o estabelecimento do conceito de educação ao longo da vida como princípio que orienta as políticas para a EJA, da mesma forma que assumir a “Educação para Todos” como meta a ser atingida, mediante a assinatura de vários acordos internacionais, corrobora com a busca do direito. Outro fato é o aumento nos investimentos públicos na EJA, como podemos verificar nas diversas iniciativas empreendidas pelo Poder Público.

Destaque-se, ainda, que o reconhecimento da necessidade de redefinição das estruturas e dos conteúdos da EJA, com base nas reais necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores, aliado ao reconhecimento de que o educando da EJA é portador de um perfil próprio, carregando junto uma ampla diversidade, é objetivo de suma importância a ser alcançado.

O campo de trabalho para o/a educador/a de EJA: novas possibilidades

Como foi relatado até aqui, no Brasil, desde a chegada dos primeiros padres jesuítas, sempre aconteceram ações que buscavam levar a educação para as pessoas adultas, mesmo que com os mais diversos objetivos. Em nossa história recente, após o término do regime militar e o processo de redemocratização, a alfabetização passou a ser um dos grandes desafios a ser vencido pelo Poder Público.

Essa luta significou uma trajetória de erros e de acertos. Após a conquista da presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a EJA passou a ser tratada com maior desvelo, o que levou ao aumento da oferta de oportunidades, seja por

meio de políticas, seja por meio de programas, ou até mesmo de parcerias, e, como consequência, o aumento gradativo do número de educandos que retornaram aos estudos.

Paralelamente e como consequência, ocorreu a necessidade de que mais profissionais da educação estivessem preparados e habilitados para trabalhar com a demanda colocada “pela” e “para” a Educação de Jovens e Adultos. Por isso, os cursos de formação inicial passaram a ter maior preocupação com a EJA e começaram a surgir, mesmo que timidamente, em alguns cursos de Pedagogia, disciplinas específicas, além da oferta de habilitações e cursos de especialização na área:

Segundo os dados do INEP de 2002, das 519 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que ofertam o curso de Pedagogia e que foram avaliadas pelo Exame Nacional de Cursos, apenas 9 (1,74%) oferecem a habilitação de EJA: 3 na região Sul, 3 na Sudeste e 3 na região Nordeste (MEC/INEP, 2002). Os dados de 2005 revelam que houve um aumento, ainda que pouco expressivo, do número de instituições que estão ofertando a habilitação de EJA para os cursos de Pedagogia: das 612 contabilizadas, 15 oferecem a habilitação (2,45%) e, dos 1698 cursos, há 27 ofertando essa formação específica (1,59%). (SOARES, 2006, p. 3-4)

Portanto, diante desse cenário, os educadores e estudantes, oriundos dos cursos de Pedagogia, ganharam novos espaços para atuar, visto que uma grande parte da oferta de vagas para os educandos da EJA é feita de iniciativas surgidas nos sistemas de ensino, ou seja, por meio de práticas escolarizadas, as quais exigem a presença de profissionais qualificados para trabalhar com esses sujeitos.

Relatam-se, a seguir, nos âmbitos do Poder Público e da sociedade, algumas iniciativas, descrevendo as principais características de cada uma das ações. Optou-se por restringir os relatos, ao falar das experiências estaduais e municipais de oferta da EJA, ao Estado de Minas Gerais e à cidade de Belo Horizonte.

Ressalte-se que a forma legal de entrada dos profissionais da educação nas redes públicas de ensino é por meio de concurso público, conforme prevê a Constituição Federal, em seu art. 37º, inciso II, mas a EJA ainda é o espaço onde muitas ações ocorrem sob uma perspectiva voluntária ou de desvalorização do profissional. Acredito que devemos assumir estes espaços, mostrando a importância de termos educadores e educadoras qualificados para o trabalho educativo, além de nosso papel em reconhecer a importância dos sujeitos educandos, mas sem esquecer que devemos lutar para que sejamos reconhecidos, também no aspecto econômico, no nosso trabalho.

Os programas e projetos do Governo Federal

No Brasil, o maior provedor de iniciativas para a oferta de EJA é o Governo Federal. Apesar da existência do regime de colaboração para a oferta da educação básica entre os entes federativos, a responsabilidade para o atendimento da EJA, prioritariamente, é do Poder Público municipal e do estadual. Mas, em sua maioria, esses continuam a tratar tal modalidade da educação básica de forma marginal, não cumprindo com os preceitos legais dessa oferta.

O *Programa Brasil Alfabetizado (PBA)* é o maior do Governo Federal para a oferta de vagas para o público da EJA. Apesar de ser uma iniciativa voltada para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, esse programa se propõe a ser “uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade”. O PBA já atendeu a 9,9 milhões de pessoas, até o ano de 2008, e para 2009 a previsão era a de atender mais 2 milhões de educandos.³

Outra parcela da população que tem, ultimamente, clamado por atendimentos que respeitam às suas especificidades é a juventude. Em decorrência de vários fatores, a escola, cada vez

³ SECAD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em: 3 out. 2009.

menos, atende às necessidades dos jovens trabalhadores que são sujeitos da EJA. Surge, então, como tentativa de oferecer novas oportunidades de escolarização para o sujeito jovem, o *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos* (PROEJA). Seu objetivo é promover a integração entre a formação inicial e continuada de trabalhadores e os anos finais do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Em direção semelhante, mas com restrições quanto à idade para o atendimento, o Governo Federal criou, ainda, o *Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem)*, cuja finalidade primeira é proporcionar formação integral aos jovens, oferecendo-lhes a formação básica para elevação da escolaridade, aliada à qualificação profissional e participação cidadã.

Pensando, ainda, nessa juventude e relacionando-a com a história da EJA, percebe-se a presença marcante dos sujeitos que têm uma forte relação com o campo. Isso quer dizer que fazer EJA significa pensar na população que habitou/habita no campo. Assim, não desconhecendo a necessidade de atendimento das especificidades da população que continua vivendo nesse espaço é que o Governo Federal pensou o *ProJovem Campo – Saberes da Terra*. Esse programa

oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Ele visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo. (Site do MEC)⁴

Ainda para atendimento à população do campo existe o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (PRONERA), que

⁴ SECAD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em: 3 out. 2009.

tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização.⁵

⁵ INCRA. *Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=49&Itemid=75. Acesso em: 27out. 2009.

Nos últimos anos, ganhou força a necessidade de oferta da oportunidade de educação, na perspectiva do direito, aos sujeitos privados de liberdade. É dessa forma que a Educação Prisional entrou na pauta das discussões dos ministérios do Governo Federal e das secretarias estaduais de Educação e de Justiça. Entendendo o direito deste sujeito de ter acesso aos processos educacionais, o Governo Federal desenvolve ações neste sentido, articulando redes, estabelecendo parcerias e promovendo, ativamente, formações para os educadores atuarem com essa demanda.

No âmbito do Governo Federal, aponta-se, ainda, os programas de financiamento de ações na Educação de Jovens e Adultos. Dentre eles, temos o *Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos* (Fazendo Escola, antigo Recomeço), destinado ao educando da EJA, por meio de parcerias com os governos municipais e estaduais, mediante a transferência, em caráter suplementar, de recursos administrados pelo FNDE, utilizados na assistência financeira para aquisição de livro didático, na contratação temporária de professores quando necessária a ampliação do quadro, na formação continuada de docentes e na aquisição de gêneros alimentícios.

A EJA na Rede Estadual de Educação

O Estado de Minas Gerais possui extensa área territorial; é o Estado da Federação que possui o maior número de municípios, perfazendo um total de 853 cidades, atualmente. A Secretaria Estadual da Educação é a responsável pela coordenação da

política pública educacional, conseqüentemente, atua na oferta da EJA. Para isso, na estrutura da Secretaria Estadual da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) existe uma Diretoria de Educação de Jovens e Adultos que é a responsável por organizar todas as ações para a EJA no Estado.

Cumprindo com as responsabilidades legais, a SEE-MG oferece a EJA na modalidade presencial e, também, semipresencial. Existem, hoje, em todo o Estado de Minas Gerais, mais de 1.600 escolas oferecendo a oportunidade de estudos nessa modalidade da educação básica. As escolas estaduais ofertam a EJA para os alunos que queiram cursar do 6º ao 9º anos do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade presencial. A modalidade semipresencial é oferecida nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) e nos Postos Estaduais de Educação Continuada (PECON).

Outra frente de oferta da EJA pela SEE-MG é a Educação Profissional. O Governo tem uma ação denominada *Programa de Educação Profissional* (PEP), que abrange todas as regiões do Estado. Ele tem como objetivo atender aos jovens oferecendo acesso à formação profissional técnica de nível médio. Essa oferta é feita por meio de parcerias com instituições do Sistema S⁶ e particulares, bem como através de convênios com instituições federais, municipais e filantrópicas, além de oferta na própria rede estadual de ensino de nível médio. A partir de agosto de 2009, o PEP passou a oferecer vagas, também, para os educandos dos cursos de EJA, na modalidade presencial.

A SEE-MG possui, ainda, oferta de várias iniciativas no campo da Educação de Jovens e Adultos, em parceria com Governo Federal, que ocorrem por meio de diversos programas, os quais repassam o financiamento para o Estado e este organiza e coordena-lhes a execução. Dentre essas ações podemos citar a adesão de Minas Gerais ao *ProJovem Campo*, ao PRONERA, ao *Brasil Alfabetizado*, dentre outros.

⁶ Sistema S é o nome dado ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Ex: SESI, SENAI, SESC, SENAR, SENAT, dentre outras.

A Educação de Jovens e Adultos em Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte possui destacada importância no campo da educação, seja por realizar experiências inovadoras e diferenciadas, seja por suas iniciativas do Poder Público para atender sua população. No campo da EJA, a administração municipal é responsável pelo atendimento da população que tem interesse em concluir o ensino fundamental, conforme determina a Constituição Federal. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH) possui diversas frentes de trabalho.

A principal delas é a oferta da modalidade de EJA na sua rede de escolas. São 48 escolas que oferecem o ensino fundamental completo nessa modalidade. Chama-se a atenção para o fato de que a SMED-BH possui, também, em 45 escolas, a oferta do que ela denomina de Ensino Regular Noturno, feita no ensino fundamental nos turnos da manhã e da tarde. Muitos dos alunos que frequentam essas escolas, além de serem jovens e adultos, têm outras características que os identificam como alunos da EJA. A diferença é que esse aluno fez a opção de vivenciar o seu processo de escolarização nos nove anos do ensino fundamental, exercendo um direito que lhe é assegurado por lei.

Outra frente de trabalho da SMED-BH, considerada por muitos como a “menina dos olhos” da oferta de EJA pelo município de Belo Horizonte, é o Projeto EJA-BH. Esse projeto tem, atualmente, 180 turmas, que estão espalhadas pelas nove regionais administrativas da cidade. Ele

visa atender aos jovens e adultos, com predominância dos mais velhos, que não vão à escola por vários motivos: não se reconhecem como sujeitos de direito; têm dificuldade para sair da proximidade de sua moradia e com a organização rígida de horários nas escolas; não dispõem de recursos financeiros para o deslocamento; têm longa jornada de trabalho; e às vezes sofrem de doenças crônicas (problemas de visão, hipertensão, diabetes, entre outros). (PBH, 2006, p. 46)

Uma característica importante, senão a principal, desse atendimento é a de ir ao local onde os alunos estão – shoppings populares, em associações de bairro, em lares de longa permanência de idosos, agências bancárias, Centro de Referência de Saúde Mental (CERSAM), Hospital Dia, postos de saúde, dentre outros; bem como aonde grupos populares já se reúnem – associações comunitárias, igrejas centros comunitários, etc. (NEJA-EN/SMED-BH, 2008). Esse projeto possui, hoje, cerca de 3 mil alunos.

Existem, ainda, outras ações, e uma delas é a retomada da parceria com o Governo Federal da oferta do *Brasil Alfabetizado*. Essa iniciativa, que já havia sido ofertada até 2005, retornou em novembro de 2009, com 15 turmas, inicialmente. Outro convênio com o Governo Federal, com previsão de início no primeiro semestre de 2010, é programa *Brasil Profissionalizado*, que será ofertado na única escola que atende ao ensino médio de EJA, na rede de Belo Horizonte, e que terá sua complementação com o ensino profissional tecnológico. Além disso, esta mesma escola está inscrita para oferecer o PROEJA-FIC, que é o ensino profissional no ensino fundamental.

Continuando com a ampliação na oferta de EJA, teve início, também, em novembro de 2009, o projeto de *Aceleração de Estudos*, voltado para jovens de 15 a 19 anos, com formação profissional inicial básica. Ele começou oferecendo 85 turmas/escolas e tem previsão de terminar o ano com 171 em funcionamento. Esse projeto utiliza as teleaulas como sua principal metodologia e é realizado em parceria com a Fundação Roberto Marinho. A SMED-BH oferta, ainda, em parceria com o Governo Federal, o *ProJovem Urbano*.

Como se pode verificar, a cidade de Belo Horizonte possui ampla oferta de ações para o atendimento da população no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. Isso comprova a preocupação do município com as demandas advindas da educação e da intenção

de procurar atendê-las na perspectiva de assegurar-lhes o direito do cidadão.

Conclusão

São muitas as oportunidades que existem para que o pedagogo possa atuar, tendo em vista o seu trabalho no campo da Educação de Jovens e Adultos. Respaldados, principalmente, em programas do Governo Federal, os Estados e os Municípios podem oferecer diversas iniciativas para o atendimento da população nessa modalidade da educação básica.

É importante perceber que, além das ações específicas citadas neste artigo, as quais tiveram como base aquilo que é feito na cidade de Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais, muitas outras possibilidades se apresentam para que aqueles que escolherem a educação como campo profissional possam se inserir no mercado de trabalho. Ressalte-se que, mesmo sendo consideradas iniciativas de caráter local, em sua maior parte são ações que podem e devem ser desenvolvidas em todos os Estados da Federação, assim como em muitas cidades do país.

Não podemos desconsiderar as dezenas de outras possibilidades de atuação que não foram descritas neste trabalho. Nessa perspectiva, chama-se a atenção para programas que estão sendo pensados e executados, considerando-se as especificidades dos sujeitos educandos e que são, hoje, também, sujeitos da EJA: reafirma-se que seja da responsabilidade do Estado a oferta educacional àqueles que estão em regime de privação de liberdade. Essa oferta possui especificidades que precisam ser consideradas e, por isso, os pedagogos encontram nessa população um amplo campo de atuação, principalmente porque a sociedade tem chamado a atenção dos governantes para o atendimento das necessidades sociais básicas desses sujeitos.

Da mesma forma, ao pensar naqueles que são os sujeitos da EJA, é necessário atender a cada uma das especificidades no tocante à organização da oferta educacional. Então, surgem novos públicos que fazem parte da EJA e que devem ser pensados com base nessa perspectiva. Dentre eles, os jovens de 15 a 29 anos não alfabetizados; as populações do campo; as populações indígenas; os pescadores artesanais e trabalhadores da pesca; as pessoas com necessidades educacionais especiais associadas à deficiência; os trabalhadores libertados da situação de trabalho escravo, dentre outros.

Existe outro extenso campo, o qual não foi descrito no decorrer deste artigo, mas que pode, ainda, ser considerado para a atuação dos pedagogos. Em passado muito recente, a sociedade civil organizada era a maior ofertante de ações de alfabetização e pós-alfabetização para os educandos da EJA. Principalmente após o governo Lula, esse cenário se modificou, com o Poder Público assumindo grande parte dessa oferta. Ainda hoje, muitas são as iniciativas em desenvolvimento na sociedade, as quais não podem ser desconsideradas, quer pela sua importância histórica e social, quer seja pela própria abrangência. Como exemplo, menciona-se o trabalho desenvolvido pelos Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVAs), em grande parte do território nacional. O MOVA foi criado pelo educador Paulo Freire e é uma ação fruto da parceria entre os movimentos sociais e as administrações populares municipais e estaduais, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma ação alfabetizadora popular, que vai além da visão da alfabetização apenas como decodificação da escrita, norteadas pelos princípios da formação cidadã. O primeiro MOVA, o MOVA-SP, foi criado em 1989, e foi seguido por diversos outros: Porto Alegre, Diadema, Santo André, Angra dos Reis, Ipatinga (MG), dentre outros.

Atualmente, além das administrações públicas, foram estabelecidas parcerias com o Instituto Paulo Freire, Federação Única dos

Petroleiros e Petrobrás, como parte do programa *Fome Zero*, bem como municípios empreendendo o programa *Brasil Alfabetizado*, com princípios da educação popular. Em 2008, o MOVA-IPF fez parceria com a cidade de Contagem e começou a desenvolver o seu trabalho nessa cidade. Outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como a capital do Estado, também têm pensado em parcerias para implementação desta ação.

A realidade apresentada para os pedagogos, tomando como referência a EJA e o campo de atuação para esses profissionais, é muito promissora. Poucas são as instituições responsáveis pela formação inicial que se preocupam em valorizar essa área, mas a demanda por essa formação existe, e, cada vez mais, aqueles que irão lidar com os sujeitos da EJA necessitam ter uma formação que enfoque as especificidades do campo.

Portanto, é imprescindível que os estudantes dos cursos de Pedagogia e as instituições formadoras voltem o olhar para essa demanda, pois o mercado de trabalho está aberto para aqueles que querem trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos e com a perspectiva de ampliar, a cada dia, a necessidade de ter profissionais competentes para atuar na formação desses sujeitos de direito.

**PUBLIC POLICIES FOR EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS IN BRAZIL:
EXPANDING THE ROLE OF TEACHERS**

Abstract

This article reflects on the possibilities of including educators and teachers in the labor market, considering Education of Youth and Adults (EJA) as their field of performance. To do this, brief analysis is made of the historical evolution of public policies for youth and adults in Brazil, showing the initiatives that have occurred from the colonial times up to the present day. The offer of this type of education in view of the law is also analyzed. Within this context, the article describes the current initiatives in the scope of the Federal Government, the State of Minas Gerais, and in Belo Horizonte, taking into account the working possibilities.

Key-words: Education of Youth and Adults (EJA). Policies. Labor market.

**POLITIQUES PUBLIQUES POUR L'ÉDUCATION DES JEUNES ET DES ADULTES
AU BRÉSIL: L'ÉLARGISSEMENT DU CHAMP D'ACTION DES PÉDAGOGUES**

Résumé

L'article réfléchit sur les possibilités d'insertion des pédagogues sur le marché du travail en considérant le champ d'action de l'Éducation des Jeunes et des Adultes (EJA). On fait une brève analyse de l'évolution historique des politiques publiques relatives à l'éducation des jeunes et des adultes au Brésil tout en montrant les initiatives mises en place depuis la période coloniale jusqu'à nos jours. On analyse également l'offre de cette modalité d'éducation sous la perspective du Droit. À partir de ce contexte on décrit les initiatives actuelles développées au niveau du gouvernement fédéral, du gouvernement de l'État du Minas Gerais ainsi que sur le plan de la ville de Belo Horizonte; l'auteur considère également les possibilités de travail liées aux initiatives décrites.

Mots-clés: Éducation des Jeunes et des Adultes (EJA). Politiques publiques. Marché du travail.

Recebido em 29/10/2009

Aprovado em 3/11/2010

Referências

BAZETTO, Milena. *A influência das tendências políticas no sistema educacional brasileiro atual: memorial de formação*. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 4 abr. 2007.

HADDAD, Sérgio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Programa nacional de educação e reforma agrária*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=49&Itemid=75. Acesso em: 27 out. 2009.

NEJA-EN/SMED-BH. *Proposta pedagógica projeto EJA-BH*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Núcleo de Educação de Jovens e Adultos e Ensino Noturno, 2008.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). Secretaria Municipal de Políticas Sociais. Política de atendimento à educação de jovens e adultos. *Revista Pensar BH*, Belo Horizonte, n. 14, dez. 2005/fev. 2006.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em: 3 out. 2009.

SOARES, Leôncio. O educador de jovens e adultos em formação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29. Caxambu, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 2006.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. III: Século XX.

XAVIER, Maria Elisabethete. *História da educação: A escola no Brasil*. São Paulo: FDT, 1994 *apud* BAZETTO, Milena. *A influência das tendências políticas no sistema educacional brasileiro atual: memorial de formação*. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2006.